

Custos altos ameaçam programa educacional

Jaimé Matos

São Paulo — Um dos programas mais ambiciosos e bem-sucedidos desenvolvidos nos últimos três anos no estado de São Paulo, o das construções escolares, pode ficar ameaçado no próximo ano. Embora o governo tenha privilegiado a área de educação para 1987 — este é o objetivo número um, entre as prioridades, e leva 17,4% do orçamento, ou seja, 24 bilhões em um total de Cr\$ 138 bilhões — as empreiteiras dedicadas àquele tipo de obra, cerca de 200, todas pequenas, estão jogando a toalha.

“De um lado, temos os aumentos do custo da mão-de-obra, crescente desde o lançamento do Plano Cruzado, e o aumento de preços de material de construção, explosivo desde julho”, diz Hugo Marques da Rosa, presidente da Associação Paulista de Empreiteiros de Obras Públicas (APEOP). “De outro lado, temos um tabelamento rígido dos preços pagos pelo governo. Trata-se de uma combinação que levará fatalmente à falência as pequenas empreiteiras.”

Nesta semana, a APEOP vai discutir o assunto, em uma reunião marcada para quinta-feira, na qual desenhará a forma de as empresas encaminharem pedidos de reajustes ao governo estadual. Os empreiteiros levarão argumentos de peso. De fevereiro a outubro, por exemplo, calculam que o custo da mão-de-obra tenha aumentado 80%. Considerando-se que os salários dos trabalhadores representam de 30 a 40% nas edificações escolares, só aí teriam um acréscimo de 24% a 32% dos custos finais de cada unidade.

A questão dos materiais é mais grave. Até julho, os preços foram mantidos nos limites do congelamento. De lá para cá, porém, estão subindo descontroladamente. Tijolos de barro, por exemplo, custam três vezes mais. O cimento está sendo vendido pela tabela do Conselho Interministerial de Preços (CIP), quando era fornecido com desconto. O aço, anteriormente retirado diretamente nas siderúrgicas, é comercializado agora por distribuidores (pertencentes às próprias siderúrgicas), encarecendo 40%. No setor de madeiras, o congelamento foi simplesmente esquecido, segundo a APEOP, via mudança de especificações. Ou seja, material de qualidade inferior está sendo vendido como se fosse de primeira.

As pequenas empreiteiras paulistas não têm, de fato, muito fôlego para enfrentar a situação. No período 1979/84 viram sua participação na receita total de obras públicas desabar de 16,8% para 9,8% ao mesmo tempo em que as empresas médias perderam participação relativa de 41,3% para 24,4%. Houve aí um violento processo de concentração, pois o grupo das grandes firmas, composto por apenas seis, decolou de 1,9% para 66,4%. Essas últimas, colhidas na tempestade da recessão — que baniu investimentos mais pesados dos planos dos governos — simplesmente voltaram-se para obras menores, anteriormente a seara das pequenas e médias.

Para o estado de São Paulo é vital manter oxigênio para as pequenas empresas que atuam na área social. Quando entregá-lo cargo, em 1987, o governador Franco Montoro deixará um saldo de 1 mil 800 salas de aula. As creches novas abertas no interior chegarão a 600 e os postos de saúde a 700; um número que duplica a rede existente até 1982.